

Fls. Processo: 0120484-07.2021.8.19.0001

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento Comum - Marca; Dano Material - Outros/ Indenização Por Dano Material; Dano Moral - Outros/ Indenização Por Dano Moral

Autor: -----

Réu: -----

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Diogo Barros Boechat

Em 07/07/2021

### Decisão

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenizatória por Danos Morais com pedido de tutela de urgência proposta por ----- (SAISON SPA) em face de -----, cujo nome fantasia é ----- SPA.

Narra a requerente que seu empreendimento foi idealizado e fundado em 1976, sendo precursor da prestação dos serviços de "spa" no Estado do Rio de Janeiro.

Argumenta que a marca SAISON consolidou-se como renomada empresa no ramo de spa, tendo construído sua boa imagem e reputação perante o mercado consumidor mediante rigorosos padrões de qualidade.

Destaca que toda a identidade e publicidade da parte autora gira em torno da marca nominativa SAISON, nome notoriamente conhecido no segmento e na localidade, possuindo em uma de suas páginas sociais mais de 45 mil seguidores, muitos deles artistas, atletas e demais figuras públicas.

Informa que, buscando proteger sua propriedade intelectual, registrou a marca SAISON junto ao INPI através do processo nº 914319388, concedido em 06/03/2019.

Afirma que, apesar de toda a notoriedade, o Réu, atuante no mesmo ramo de mercado da autora, vem fazendo uso indevido da marca na plataforma "Google AdWords", com o intuito de desviar clientela. Isso porque, ao serem digitadas as palavras de busca "SAISON SPA" na referida plataforma, o usuário é direcionado ao topo da lista de resultados para o website [www.itaipavaspa.com.br](http://www.itaipavaspa.com.br), de propriedade da ré, que nenhuma correlação possui com a autora, conforme "prints" colacionados no item 10 da inicial.

Explica que a plataforma "Google" possibilita a criação de campanhas pagas, onde os prestadores de serviço investem determinada quantia financeira em palavras-chaves para atrair uma

gama específica de consumidores, seja por idade, localização ou área de interesse, dando destaque e gerando cliques em seu "site", com o intuito de converter tais cliques em contratações.

Salienta que a tática perpetrada pela ré vem causando-lhe diversos transtornos, bem como à sua fiel clientela, pois, a todo o momento, vem sendo instada por seus consumidores, que, ao pesquisarem nos "sites" de busca "SAISON SPA", o resultado é direcionado para o "site" da ré, conforme "prints" contidos no item 13 da inicial.

Ressalta que a sociedade ré é composta pelo Sr. -----, ex funcionário da Autora.

Apona que o "marketing" de emboscada ocorre quando uma empresa de pequena ou menor notoriedade utiliza-se indevidamente de nome, imagem ou "slogan" de empresa de maior relevância, configurando esse comportamento prática de concorrência desleal, eis que, em condições normais, seu produto ou serviço não possuem a mesma qualidade ou publicidade encontrados naquele ofertado pelo concorrente.

Apona que, devido aos prejuízos causados, foi registrada ocorrência em sede policial para que se apure a conduta narrada, cujo termo circunstanciado obteve a numeração 106-00641/2021.

Por conseguinte, requer: a concessão do pleito liminar, "inaudita altera pars", com fulcro no art. 209, § 1º da Lei 9.279/96, para determinar que o Réu se abstenha de utilizar a marca nominativa de propriedade da autora - SAISON - como palavra-chave de busca e publicidade em todos e quaisquer "sites", aplicativos e afins para alcançar posicionamento privilegiado nos buscadores e direcionar resultados, bem como se abster de utilizar ou fazer referência à marca SAISON em qualquer tipo de publicidade, comunicação, informação, divulgação e em qualquer tipo de pronunciamento digital ou físico, até o julgamento final da presente demanda, estipulandose multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia, em caso de descumprimento.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 21/86.

É o relatório.

Decido.

Mediante a análise dos fatos e dos documentos acostados aos autos, encontra-se evidenciada a probabilidade do direito da autora, pois, de acordo com a Pesquisa em Propriedade Industrial de fls. 31, a autora é titular da marca SAISON, devidamente registrada junto ao INPI, assegurando-lhe, assim, o direito ao uso da marca registrada, bem como a zelar pela sua integridade material ou reputação, conforme apregoa o inciso III, do art. 130, da Lei 9.279/96.

Marca é o sinal distintivo de produto, mercadoria ou serviço. É o conjunto de sinais que estabelece conexão entre o indivíduo e o mundo exterior, com a finalidade de distinguir produtos e serviços de outros, semelhantes ou afins, ou ainda de atestar a conformidade de produtos ou serviços com determinadas normas ou especificações, permitindo identificar e adquirir os bens e serviços, caracterizando-se como instrumento essencial para a formação de clientela.

A proteção legal à marca não está adstrita ao sinal gráfico, estende-se a todos os elementos caracterizadores da marca perante o mercado, incluindo-se o conjunto-imagem, também chamado de "trade dress" e tem por escopo impedir a concorrência desleal, evitando a possibilidade de confusão passível de acarretar desvio de clientela e locupletamento com o esforço alheio.

Por sua vez, o perigo de dano está demonstrado através da utilização, pela parte ré, em

"sites" de busca ou propaganda, de palavras-chave semelhantes àsquelas utilizadas pela autora ,para identificar seus serviços, o que pode levar o consumidor à confusão, persuadindo-o a adquirir um produto, acreditando tratar-se de outro, e caracterizando, desse modo, a concorrência desleal.

Isso exposto, DEFIRO a tutela antecipada vindicada e determino que a Ré ABSTENHA-SE de utilizar a marca nominativa de propriedade da autora - SAISON - como palavra-chave de busca e publicidade em todos e quaisquer sites, aplicativos e afins para alcançar posicionamento privilegiado nos buscadores e direcionar resultados, bem como ABSTER-SE de utilizar ou de fazer referência à marca SAISON em qualquer tipo de publicidade, comunicação, informação, divulgação e em qualquer tipo de pronunciamento digital ou físico, até o julgamento final da presente demanda, estipulando-se multa diária no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em caso de descumprimento.

Intimem-se.

Cite-se e intime-se a parte ré, por OJA de plantão, para conhecimento da ação, da medida liminar ora deferida, e da designação de audiência, devendo apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, seu (s) contato(s) e do(s) advogado(s), contendo e-mail ativo e celular, para que possa haver o agendamento e, em seguida, o CEJUSC faça o envio do link da sessão virtual para o acesso no dia e hora marcados, ressaltando que a resposta não se dará naquela oportunidade.

Do mesmo modo, deverá a parte autora apresentar seu(s) contato(s) e do(s) advogado (s), contendo e-mail ativo e celular, para que possa haver o agendamento e, em seguida, o CEJUSC faça o envio do link da sessão virtual para o acesso no dia e hora marcados.

Caso não haja interesse pelas partes na audiência prévia, deverão se manifestar nesse sentido, no mesmo prazo, observado o disposto no §4º do art. 334 do CPC.

Apresentados os dados pelas partes, retornem-se os autos conclusos para o agendamento.

Marcada a audiência e intimadas as partes, o não comparecimento injustificado será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, e apenado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

A contestação deverá ser apresentada nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos narrados pela parte autora.

Se as partes discordarem da realização da sessão no ambiente virtual, deverão aguardar as novas determinações do Tribunal de Justiça para o ato presencial nas instalações localizadas no Beco da Música, 121, Lâmina V, sala, T 06, Centro, RJ.

Rio de Janeiro, 16/07/2021.  
**Diogo Barros Boechat - Juiz em Exercício**

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail:  
cap03vemp@tjrj.jus.br

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Diogo Barros Boechat

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4HVM.LZKK.M3XF.G833**

Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos

